# Espaço público, lazer e qualidade de vida em Maputo, Moçambique

*José Julião da Silva*

dasilva3254@hotmail.com

Resumo

Praças, parques, jardins públicos, ruas, passeios, entre outros, constituem equipamentos colectivos com grande importância para o lazer e a qualidade de vida das pessoas onde eles estão instalados. O aumento do tempo fora do trabalho e a crescente mobilidade dos cidadãos contribuem para a valorização destes elementos. Assim, a sua ausência ou precariedade tem implicações negativas nas formas de convivência social, na mobilidade e consequentemente na qualidade de vida das pessoas. Em Moçambique em geral e na cidade de Maputo, em particular, assiste-se a um processo acelerado de apropriação desses espaços públicos. Trata-se de apropriações formais e informais. Constituem objetivos deste trabalho, por um lado, analisar a importância dos espaços públicos no lazer e na qualidade de vida das pessoas e, por outro lado, refletir sobre as consequências da apropriação desses equipamentos coletivos na qualidade de vida dos seus usuários. Para o desenvolvimento da pesquisa, trabalhou-se segundo uma metodologia flexível, que alguns autores denominam de "modelo artesanal de ciência". Assim, consistiu na produção de métodos necessários para o trabalho, numa espécie de "costura de diversos tipos de pesquisa disponíveis e públicos". Os resultados da pesquisa, ainda que não definitivos, indicam que a apropriação ou privatização dos espaços públicos na cidade de Maputo, por um lado, é uma consequência da mercantilização do lazer, processo com anuência ou mesmo incentivado pelo poder público; por outro lado, agora com ausência ou com repressão do poder público, constitui uma apropriação que é consequência da pobreza ou da luta pela sobrevivência.

* * *

**PALAVRAS-CHAVE**: lazer, espaços públicos, qualidade de vida.

## Introdução

Tal como qualquer outra cidade, Maputo, capital da República de Moçambique, é constituída por espaços públicos e espaços privados. Provavelmente, o que a distingue de outros espaços seja o fato de um dos componentes desse espaço, "a terra", o "suporte" desses espaços ser propriedade do Estado. Assim sendo, na realidade, tanto o espaço privado como o espaço público só o são parcialmente, isto porque a outra parte não os concerne.

O desenvolvimento da cidade de Maputo tem sido caracterizado por uma apropriação de espaços públicos. Assim, existem por ela espaços públicos que foram transformados em espaços privados, por razões diversas. Um processo que resulta do desfasamento entre o acelerado crescimento da população e a lentidão do crescimento de infraestruturas, o que conduz a processos de remanejamentos e readaptações, de forma a satisfazer diferentes interesses e necessidades.

Com este trabalho, o nosso propósito é abrir uma reflexão sobre o processo de apropriação de espaços públicos e suas consequências no lazer e, por isso, na qualidade de vida da população da cidade de Maputo.

Assim, constituem objetivos deste trabalho:

- Analisar a importância dos espaços públicos no lazer e na qualidade de vida das pessoas e, por outro lado;
- Refletir sobre as consequências ou inconvenientes da apropriação desses equipamentos coletivos na qualidade de vida dos seus usuários.

Para o desenvolvimento da pesquisa, trabalhou-se segundo uma metodologia flexível, conforme o que Becker, citado por Maiolino (2008), denominou de "modelo artesanal de ciência". Assim, consistiu na produção de métodos necessários para o trabalho, numa espécie de "costura de diversos tipos de pesquisa disponíveis e públicos" (MAIOLINO, 2008, p. 13). Para além da pesquisa bibliográfica, que serviu de base para a construção do suporte teórico, realizou-se trabalho de campo, onde, para além da observação, realizaram-se entrevistas, tendo sido elaborado para o efeito um roteiro. A observação realizada visava à verificação in loco dos fenômenos em análise, enquanto com as entrevistas pretendia-se auscultar os apropriadores do espaço para perceber as suas motivações e, por outro lado, os moradores dos espaços vizinhos e transeuntes, para ter a opinião deles sobre o fenômeno. Além disso, dialogou-se com fiscais e chefes das Unidades Administrativas observadas, para perceber a visão das autoridades sobre a problemática da apropriação dos espaços públicos. O total de entrevistados foi de 30, dos quais 5 vendedores de rua, 5 reparadores de viaturas e 5 lavadores de

carros, 10 transeuntes, 3 fiscais e 2 chefes de quarteirão. Os mesmos foram escolhidos de forma aleatória. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. O nosso espaço de observação foi o Bairro Alto-Maé, da cidade de Maputo. Trata-se de um bairro que faz a transição entre a cidade de "cimento" e a cidade de "caniço". Este terá sido um dos motivos da escolha deste bairro; outras razões são de natureza prática, que se prendem com a acessibilidade.

Para além da introdução, acima, o trabalho apresenta uma parte que podemos considerar teórico-conceitual, na qual se procura discutir os principais conceitos utilizados no texto; seguidamente faz-se a apresentação da cidade de Maputo, com destaque para os seus espaços públicos, e em seguida, discutem-se os processos de apropriação dos espaços públicos e as suas implicações. Por fim, apresentam-se as considerações finais e a bibliografia.

## Clarificação de conceitos

Embora nossa finalidade não seja a de discutir conceitos, parece-nos conveniente clarificar alguns e apresentar a compreensão que temos dos mesmos. Para tal, vamos obedecer à ordem em que os mesmos aparecem no título que foi atribuído ao artigo: espaço público, lazer e qualidade de vida.

### Espaço público

Em geral, quando se fala de espaços públicos, quer-se referir aos espaços que a maioria considera "sem dono" ou um espaço que pertence a todos, isto é, a toda a população. Trata-se de espaços que estão sob a responsabilidade dos governos, que os gerem e os mantêm, como são os casos das ruas e avenidas, praças, parques e jardins públicos, escolas públicas, centros de saúde pública, entre outros.

Apesar do fato de serem espaços de posse de todos, isso não quer dizer que não existam restrições para o seu uso. Por isso, podem ser consideradas duas divisões: espaços públicos "livres" e espaços públicos "restritos". Ora, os primeiros correspondem àqueles espaços que podem ser usados por todos, sem qualquer tipo de restrição, como as ruas e avenidas, jardins, praias, espaços de lazer, entre outros. Já nos espaços públicos "restritos", o acesso e a circulação são controlados, como acontece com as escolas, os centros de saúde e alguns edifícios públicos.

Esta diferença reflete-se no tipo de relação que os utentes ou utilizadores têm com os mesmos. No primeiro caso, o fato de inexistirem restrições de uso torna-os "espaços de todos e ao mesmo tempo de ninguém". De todos porque todos os usam ou os podem usar livremente; de ninguém, porque (aparentemente) ninguém se responsabiliza por eles. No segundo caso, a restrição de uso faz com que o mesmo

seja apropriado, se não por todos, pelo menos por uma parte dos utentes, desenvolvendo nestes um sentimento de pertença.

Em oposição a esses espaços, existem os espaços privados. Estes pertencem a alguém, pessoas ou organizações que, a princípio, se responsabilizam pela sua gestão e manutenção, com vistas à sua valorização e preservação. São os casos de residências, centros comerciais, lojas, escolas e clínicas privadas, entre outros. Esses espaços podem ser acessíveis ao público, mediante o cumprimento de algumas condições como o pagamento do direito de ingresso e/ou despesas pela utilização do local. Em suma, um ente público será, por definição, o que pertence ao povo, aquilo que pertence à coletividade, enquanto grupos sociais. Já um ente privado é referente àquilo que pertence a particulares. Assim, enquanto ruas e praças são do domínio público, residências particulares são do domínio particular ou privado (PARENTE, 2012). Enfim, convém referir-nos ainda aos conceitos de esfera pública e privada, pois denotam áreas de interesse, com a primeira tendendo a sobrepor-se à segunda. Bobbio (2010) se refere à noção geral de *utilitas*, com a *singulorum utilitas* significando a *res publica*, que define o público como "algo do povo", entendendo-se por povo uma sociedade mantida junta pela *utilitatis comunione*.

Por se tratar de espaços com possibilidade de interações sociais entre desconhecidos, dada a sua abertura, os espaços públicos tornam-se objetos interessantes pois não se pode prever o tipo de interação que acontecerá. Ademais, apesar da abertura desses espaços a todos, o processo de interação pode fazer com que os diferentes grupos sociais optem por certos lugares públicos em detrimento de outros.

**Lazer**

O lazer é algo que acontece fora do tempo de trabalho, isto é, no tempo livre e à margem das obrigações sociais. Ora, trata-se de ocupações nas quais o indivíduo engaja-se ou pode engajar-se individualmente, de livre vontade, para se divertir, recrear-se, repousar, enfim, entreter-se. Para Dumazedier (1979), o lazer encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão.

Não podemos deixar de evocar o aumento do tempo fora do trabalho, um fenômeno evidente na atualidade, como uma condição para a valorização do lazer. Em paralelo, assiste-se à terciarização da economia e à proliferação das chamadas profissões liberais, geralmente com horários de trabalho flexíveis e, por isso, com a possibilidade de prolongar continuamente o tempo fora de trabalho. Aliada a isso,

convém evocar a possibilidade de autogestão do tempo de trabalho, o que poderá contribuir para o aumento do tempo fora do trabalho.

Ademais, há o desenvolvimento dos meios de transporte, que, permitindo maior mobilidade e facilitando o acesso a diferentes lugares, permitem ao homem ter mais tempo livre.

Esses dois ingredientes, aumento do tempo fora de trabalho e desenvolvimento dos meios de transporte, contribuem, sem nenhuma dúvida, para o aumento da mobilidade e consequente frequência de espaços públicos e privados, ruas, jardins, parques, centros comerciais, entre outros. Tal fato pode ser contrariado pela imposição de restrições ao acesso, devido à apropriação e à privatização desses espaços públicos.

**Qualidade de vida**

Quando se fala de qualidade de vida, queremos referir-nos às condições de vida do ser humano, considerado na sua totalidade. Por isso, ela abarca todo o conjunto de aspectos que afetam a vida humana, como o bem-estar físico e mental, psicológico e emocional, bem como as relações sociais ao nível familiar, no círculo de amigos.

Em geral, tende-se a associar qualidade de vida à saúde, na medida em que se parte do princípio de que uma boa qualidade de vida dos indivíduos depende das suas condições de saúde; no entanto, outras dimensões devem ser consideradas, como "bem-estar com elas mesmas e com a vida", com o seu espaço envolvente que integra as pessoas que as cercam, e os outros objetos geográficos.

Com efeito, considerando a definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) como ausência de doença ou enfermidade, mas também a presença de bem-estar físico, mental e social, verifica-se, sem dúvida, uma indissociabilidade entre qualidade de vida e saúde.

## Espaço geográfico: nossa categoria de análise

O vocábulo "espaço geográfico" presta-se a diferentes considerações; nós vamos começar por recordar que estamos perante uma construção social, isto é, que a sua existência se deve à existência da própria sociedade. Assim sendo, ele é um componente da sociedade.

Ora, ao considerarmos a sociedade constituída ou integradora de diferentes instâncias — econômica, cultural, ideológica —, o espaço, a mesmo título que essas instâncias, constitui um componente da sociedade. Ora, ele contém as outras instâncias, do mesmo modo que as outras instâncias o contêm (SANTOS, 2012).

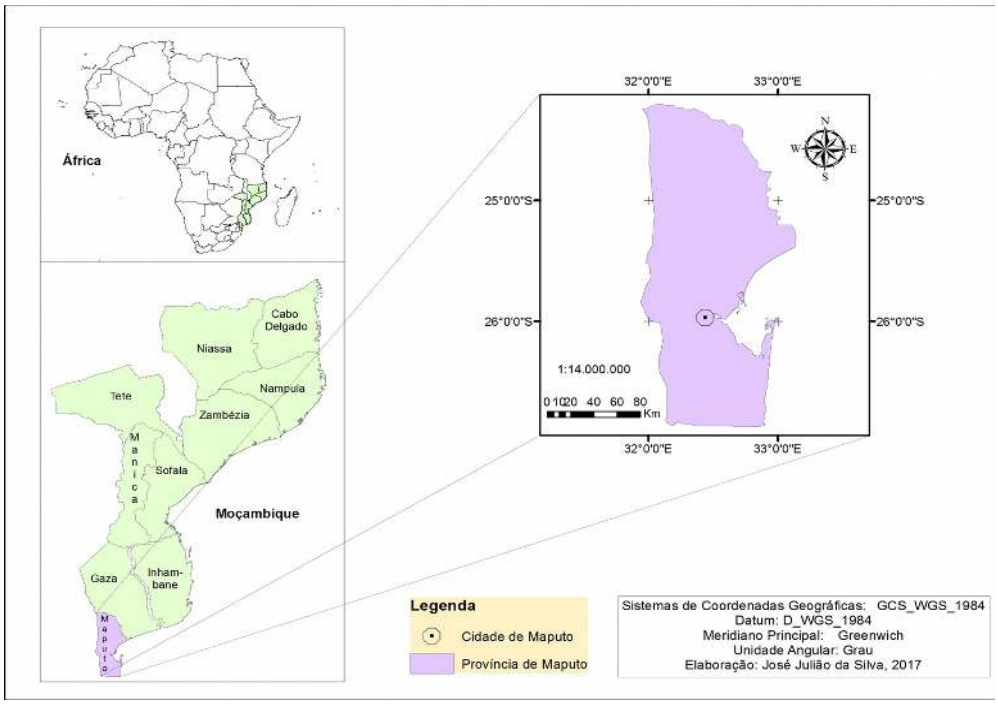
Como afirmou Santos (2012), o espaço não é constituído apenas por objetos geográficos naturais e artificiais, cujo conjunto constitui a Natureza. Ele é tudo isso mais a sociedade. Assim, temos um conjunto de objetos geográficos que se distribuem pelo território, ou seja, uma *configuração espacial*, a paisagem e, por outro lado, o que dá vida a esses objetos, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade, num dado momento. "Esses processos, resolvidos em funções, realizam-se através de formas" (SANTOS, 2012, p. 12) que, não sendo originalmente geográficas, acabam por adquirir uma expressão territorial.

O espaço geográfico é, assim, uma instância dinâmica, na medida em que os processos sociais são dinâmicos. Tal como a sociedade, que é o motor do espaço, é uma totalidade, este também deve ser entendido na sua totalidade (SANTOS, 2012). Considerando que o espaço geográfico é tudo isso, a compreensão de suas características parece-nos fundamental para a análise da relação entre o espaço público, o lazer e a qualidade de vida.

## Generalidades sobre a cidade de Maputo

Outrora denominada Lourenço Marques, a cidade de Maputo, com uma superfície de 347,69 km$^2$ e albergando 1.094.315 habitantes (CMCM, 2010), localiza-se geograficamente no extremo Sul de Moçambique, no Sudeste de África, entre os paralelos 25º00'00'' e 26º 00'00'' de latitude Sul e nos meridianos 32º00'00'' e 33º 00'00'' de longitude Leste (Figura 1).

**Figura 1. Localização geográfica da área de estudo.**




Fonte: o autor, março de 2017.

Como as restantes cidades moçambicanas, Maputo foi uma criação dos poderes coloniais e, por isso, estruturalmente organizada para servir aos seus interesses. O crescimento econômico da cidade tinha a área portuária como motor principal, assegurando as exportações de produtos primários para a metrópole e servindo de porta de entrada para os países do *hinterland*, sem contato imediato com o mar. Portanto, a função principal era a prestação de serviços.

Para realizar essa função, foram feitos investimentos importantes no setor dos transportes, designadamente o ferro-portuário. Tais investimentos atraíram outros que, por seu turno, fizeram emergir novas necessidades em equipamentos, mão de obra, infraestruturas sociais e outros serviços. Ora, todo esse processo gerou necessidade em recursos humanos. Para as atividades mais exigentes, essas necessidades eram satisfeitas com técnicos originários de Portugal, enquanto as outras eram satisfeitas pela população local, ou por imigrantes de áreas vizinhas.

A população proveniente de Portugal ia crescendo para responder às necessidades dos investimentos e, com ela, novas necessidades emergiam. Esta precisava ser servida. Portanto, Maputo tornou-se um polo atrativo de mão de obra, o que provocou a expansão dos aglomerados urbanos, num processo que conduziria, igualmente, a mudanças qualitativas.

A cidade de Maputo viu a sua população crescer a um ritmo acelerado, sobretudo a partir da independência nacional, em 1975. Esse crescimento foi acompanhado por uma alteração profunda na composição da mesma, em consequência da saída massiva da população de origem portuguesa. A cidade foi literalmente "invadida" por cidadãos nacionais ou que passaram a ser cidadãos nacionais moçambicanos, pois até então eram cidadãos portugueses, provenientes dos bairros periféricos e suburbanos que, incentivados pelos discursos políticos inflamados da época, de que "os bens são para aqueles que os construíram", ocuparam moradias e apartamentos em diferentes prédios da cidade. Sobre a rapidez de crescimento, não se pode deixar de referir-se à guerra civil, iniciada logo após a independência, tendo conhecido o seu fim em 1992.

Hoje, a cidade de Maputo já não atrai apenas nacionais, em proveniência de distritos e províncias, mas igualmente cidadãos de outros quadrantes: da África Oriental e Central, da Europa em crise, sobretudo de Portugal, antigo país colonizador, e os chineses. Maputo torna-se cada vez mais uma cidade cosmopolita. Os do primeiro grupo, na sua maioria, veem em Maputo uma porta de entrada fácil para a África do Sul; os segundos vêm pelas oportunidades que Moçambique hoje oferece em consequência da "descoberta" de recursos no subsolo, sobretudo nas províncias do Centro e do Norte do país. Essas descobertas constituem em si uma

oportunidade, mas ao mesmo tempo são criadoras de outras oportunidades. Maputo tornou-se, assim, uma porta de entrada, um centro de distribuição, tanto para as regiões central e norte do país como para a África do Sul.

A morfologia da cidade de Maputo reflete bem as relações do período colonial, que se mantêm hoje, mas com novas nuances. Parafraseando Santos (2012), está-se perante uma "nova natureza", mudou-se a substância, mas mantiveram-se as formas. Esse remanejamento não retirou a natureza segregacionista nem discriminatória, como acontecia no período colonial. A diferença está no critério, que deixou de ser a cor da pele (ser branco, negro ou mestiço), para passar a ser o poder econômico.

Na linguagem popular e segundo a formulação que se foi enraizando, até se divulgar em uso comum nos mais variados textos, a cidade de Maputo, como sucede com todas as urbes moçambicanas, é formada pela "cidade de cimento" e pela "cidade de caniço". A primeira é composta por bairros organizados numa planta ortogonal nítida, com edifícios de diversos pisos, bairros de vivendas, diversos e variados serviços e infraestruturas. A segunda, que rodeia a primeira, é constituída por bairros de população mais pobre, atraída pela possibilidade de trabalho na cidade de cimento. Estes crescem sem qualquer plano de ordenamento, de forma espontânea e sem infraestruturas adequadas (DE ARAÚJO, 1999).

No perímetro da cidade, partindo do centro para a periferia, assiste-se a uma degradação, em altura e em termos de materiais de construção; às construções verticais, seguem-se as de altura menor e atingem-se as mais baixas; em termos de materiais, há cimento ou material dito convencional, madeira e zinco, e outros materiais precários e menos consistentes. Idem em termos de planejamento e organização: é objeto de planejamento, organização, e por isso possui uma estrutura, que pode-se dizer aceitável, em condições que se degradam à medida que se afasta do centro.

Em termos de infraestrutura e serviços, como é lógico, o quadro não se altera: os serviços, mesmo não sendo bons, são muito melhores no centro que nos bairros periféricos. Estes são os que apresentam mais problemas, em termos de condições de habitabilidade: construções mais precárias, problemas de abastecimento de energia e de água canalizada, saneamento deficiente, entre outras precaridades. Talvez, por ser um espaço periférico, ele também constitui, para as autoridades, uma área secundária, isto é, não prioritária… Pode-se dizer que, de certa forma, fogem ao controle das autoridades. No entanto, isso é útil para assegurar as necessidades em mão de obra para as diferentes atividades da cidade. Por isso,

diariamente assiste-se a um intenso movimento, mais ou menos ritmado, periferia-centro-periferia, em momentos mais ou menos bem demarcados.

Como refere um relatório da UN-HABITAT, cerca de 70% dos habitantes das áreas periurbanas têm baixos recursos e níveis de escolaridade, forjando-se o seu território e suas vivências entre o campo e a cidade (UN-HABITAT, 2008), constituindo-se como que um espaço de transição.

A concentração dos ministérios e dos principais serviços na parte mais privilegiada explica os movimentos ritmados, de convergência, da periferia para o centro e vice-versa, alternadamente. Isso mostra que, em geral, para a satisfação da maioria das necessidades, a população das diferentes áreas da cidade de Maputo deve deslocar-se para o centro.

A importância econômica da cidade de Maputo continua muito apoiada nas suas infraestruturas de transportes, e por isso apresenta o mais importante corredor de desenvolvimento do país, o Corredor de Maputo, que engloba, para além do Porto de Maputo, redes ferroviárias que estabelecem ligações com a África do Sul, Suazilândia e Zimbabué, mantendo a sua vocação inicial.

No que concerne aos espaços públicos e privados destinados ao lazer e à recreação, é sobretudo na área de cimento que se encontram concentrados, já que constituem herança do passado colonial, sendo por isso uma produção destinada, antes de mais nada, à população de origem europeia. Pode-se dizer que nos espaços periféricos existiam igualmente espaços de para o lazer, mas que à semelhança dos próprios assentamentos, tratava-se de espaços espontâneos e informais.

Enfim, a estrutura territorial da cidade de Maputo reflete os diversos contextos históricos por que passou: o colonial e a pós-independência de economia centralizada, até sensivelmente finais dos anos 1980, com a abertura ao mercado global ou neoliberal.

## Apropriação de espaços públicos, territorialidades e conflitos na cidade de Maputo

As demandas crescem e, como a cidade de Maputo é incapaz de satisfazê-las, têm que ser feitos remanejamentos ou arranjos, de forma a satisfazer as novas e velhas necessidades. Novos investimentos são atraídos pela dinâmica do desenvolvimento da cidade.

A população de Maputo cresce rapidamente, tanto quantitativa como qualitativamente: crescimento definitivo e temporário. Há os que vêm para ficar e os que "nem por isso" vêm tatear oportunidades, e que em função dos resultados podem ou não ficar. Há ainda os que estão de passagem, já que a cidade de

Maputo, como nos referimos, tanto em relação ao país como em relação a outros países, constitui uma porta de entrada. Ademais, há o movimento pendular, realizado por aqueles que diariamente se deslocam à cidade de manhã e regressam às suas residências ao fim do dia. Essa variação de efetivos, naturalmente, tem implicações no modo de usar o espaço e na paisagem, pois cada um desses grupos busca alterativas para responder às demandas.

Relativamente ao primeiro grupo, podem ser consideradas duas categorias: os que se integram ao sistema e os que ficam "marginalizados". Os primeiros, em geral, não interferem diretamente no processo de produção do território, já que se vão se conformar com o que já existe, tanto em termos de habitação como de emprego, e consequentemente com as dinâmicas quotidianas. Já os segundos, os marginalizados, ou se quisermos, os excluídos, têm que descobrir formas de se integrar e assegurar sua subsistência e a de seus dependentes. Trata-se de indivíduos desprovidos de recursos que vêm engrossar a fileira dos cidadãos, que já eram marginalizados do sistema formal, alimentando, por isso, o sistema chamado informal. São os que não conseguem empregos no mercado formal de trabalho, mas igualmente aqueles que têm empregos mas cujas rendas são baixas e que, por isso, têm que arranjar meios para melhorar a renda e, assim, assegurar a sua subsistência e a de seus familiares. Por isso, apropriam-se de partes de espaços públicos, ruas e passeios [calçadas] para realizar as suas atividades, trata-se essencialmente de atividade comercial. Literalmente, montam as suas "lojas" nos passeios. Trata-se não de comércio ambulante, mas de autênticas lojas que tão rapidamente se montam como se desmontam. Na sua maioria, são montadas no período da manhã e desmontadas ao fim do dia, tal como acontece com as lojas do comércio informal.

Paralelamente às "lojas", outras atividades que cresceram rapidamente, a partir da apropriação do espaço público, foram reparação de electrodomésticos e reparação e lavagem de carros. No primeiro caso, por exemplo, além da reparação de telefones celulares, oferece-se o serviço de carregamento de baterias dos aparelhos. Trata-se de um mercado fértil, pois muitos dos portadores desses aparelhos, não tendo energia eléctrica nas suas residências, recorrem regularmente a esses serviços. Já em relação à segunda atividade, segundo os nossos entrevistados, trata-se de uma resposta ao rápido crescimento do mercado automobilístico da cidade, da natureza dos carros e da característica dos proprietários. Com efeito, os dados oficiais revelam que o número de carros na cidade de Maputo é de cerca de 200.000, perto do dobro do que existia em 2001. Na sua maioria, trata-se de carros recondicionados e, por isso, com probabilidades fortes de se avariarem. Enfim, os proprietários dos automóveis não têm recursos

para tratar deles nos serviços criados "legalmente" para o efeito. Por isso, tanto uns como outros são forçados a recorrer a esses serviços informais.

Ora, tratando-se de lojas, sapatarias, oficinas e estandes de lavagem de carros que se fixam nos passeios, sem dúvida que afetam a qualidade de vida dos utentes dos passeios, que têm que circular pelas ruas, já que os passeios estão ocupados por essas atividades. Isso, sem deixar de referir-nos aos resíduos que ficam depositados no final de cada dia de trabalho e ao mau cheiro resultante do uso de alguns espaços públicos como sanitários públicos. Em todos os casos referidos, a qualidade de vida dos citadinos é afetada: no primeiro caso, são obrigados a partilhar as ruas e avenidas com as viaturas, arriscando-se a ser atropelados; no segundo caso, há o risco de contraírem doenças.

> A conhecida cidade das acácias está a perder o aspecto que a caracterizou durante muitos anos. Essas acácias que lhe transmitiam beleza transformaram-se em sanitários públicos. Os espaços verdes que serviam de lugar de repouso a muitos cidadãos estão hoje transformados em abrigos de indivíduos sem eira nem beira. Com vista à sua recuperação, à autarquia, sem fundos para acudir à degradação, só resta a aposta em parcerias com o sector privado (Jornal "A Verdade", 24/10/2014).

Como mencionou uma das nossas entrevistadas: "Dos passeios, nem vale a pena dizer nada, transformaram-se em sapatarias e lojas de roupa de segunda mão, nós temos que andar nas ruas a competir com os carros". Já para os apropriadores dos espaços públicos: "Para mim, vender na rua é o meu ganha-pão… Quê fazer, não tenho emprego"; "Fiquei aqui porque há muito movimento"; "O senhor sabe quantos empregos foram criados desde a independência? Então, estou aqui instalado para o que der e vier, sou mecânico, faço reparações"; "Clientes não me faltam…"; "É daqui que sai o dinheiro para sustentar a minha família".

**Foto 1. Partilha de espaço entre vendedores e pedestres.**




Fonte: autor, julho de 2014.

Os espaços não são ocupados ao acaso, obedecem à lógica econômica e à busca dos melhores lugares, constituídos pelos espaços de maior circulação, que garantem a proximidade dos principais clientes e consequentemente a possibilidade de maiores vendas: “Criamos, eu e os meus amigos, este parque para estacionar os nossos ‘tchovas’. Estamos aqui porque as pessoas, quando fazem as suas compras, pedem para nós transportarmos as suas mercadorias”.

**Foto 2. Passeio – estacionamento de “tchovas” e “chopelas”.**



Fonte: autor, julho de 2014.

“Aqui é o local certo para vendermos comida, pois passa muita gente; além disso, como há muitas obras... Na pausa do almoço, os operários da construção vêm comprar o que nós vendemos: salada, pão, badgias”; “Oh, sabemos que criamos alguns problemas às pessoas, mas quê fazer?”; “Nós é que descobrimos esse lugar, ninguém nos mandou para aqui. Mas estamos sempre atentos pois, quando menos se espera, esse ‘nosso espaço’ é invadido pelos polícias do Conselho Municipal, e nós somos obrigados a fugir”.

Essas diferentes falas de alguns dos nossos entrevistados revelam que estes encontram nos espaços públicos alternativas para o seu sustento e o de suas famílias, através das atividades que desenvolvem. Ao mesmo tempo, revela que a satisfação de uns implica na insatisfação de outros. O fato de a situação social e econômica da maioria dos “apropriadores” e dos “utilizadores” do espaço ser mais ou menos a mesma faz com que se desenvolva uma certa “cumplicidade”, pois os que se queixam dos inconvenientes da apropriação do espaço pelas diferentes atividades acabam por aceitar a situação, pois são estes últimos que constituem os reais e potenciais clientes.

**Foto 3. Banca de venda de pão e confecção de refeição em passeios.**



Fonte: autor, julho de 2014.

**Foto 4. Venda de calçado no passeio.**




Fonte: autor, julho de 2014.

Ora, essa transformação dos espaços públicos em privados constitui um processo de desterritorialização-territorialização (HAESBAERT, 2011), na medida em que o que era um espaço de todos passa a ser um espaço de alguns. Não que o acesso seja vedado, mas na prática, dadas as condições de acesso, constitui-se um fator de exclusão, pois uma parte daqueles não satisfaz essas condições. Os que não têm acesso passam a buscar novos espaços; do mesmo modo, os espaços agora privatizados passam a atrair novos públicos, gerando novas dinâmicas. Sem dúvida, todo esse processo de apropriação e de criação de novos territórios conduz a uma alteração da paisagem no tecido urbano da cidade de Maputo, engendrando novas dinâmicas, novas territorialidades.

Esse processo de apropriação do espaço público ou, se quisermos, de privatização, é feito informal e formalmente. O primeiro caso é referente à ocupação indevida ou ilegal desses espaços de todos, por aqueles que, buscando satisfazer as suas necessidades básicas, apropriam-se desses espaços e os

transformam em fontes “de sobrevivência”; o segundo caso, pode-se dizer que se trata de uma apropriação “legal”, já que são as próprias autoridades que se apropriam e os põem à disposição de outros interessados, ou simplesmente formalizam as apropriações informais. Neste último grupo, nos quarteirões observados, os espaços públicos mais afetados foram os jardins, parques públicos e partes de ruas e avenidas. Os nossos entrevistados, na sua totalidade, queixam-se da atuação do município relativamente à privatização de jardins públicos, na medida em que eles perdem a sua vocação inicial, que era de espaço “para recreação”, pausas para as suas longas caminhadas e local de diversão para as crianças. Está certo que continuam a estar abertos ao público, mas só fazem uso dos serviços que eles oferecem os que têm dinheiro. Esse fenômeno, que acontece nos jardins públicos, verifica-se também noutros espaços, como campos de jogo nos bairros, reduzindo os espaços de lazer e recreação das crianças e dos jovens.

Tratando-se a terra de propriedade do Estado, aqueles que estão a governá-la têm a prerrogativa de decidir sobre o modo como a mesma vai ser usada. Segundo os discursos oficiais, não se trata de privatizar espaços, mas de valorizar, rentabilizando os espaços públicos existentes. Ora, isso passa, sem qualquer dúvida, pela apropriação de espaços públicos, transformando-os em espaços privados. Estamos perante uma atuação que privilegia os ganhos para o Estado ou para o município: ganhos aos diversos níveis, tanto econômicos como políticos, em prejuízo dos interesses para os quais eles foram criados. Os econômicos têm a ver com os impostos que os novos proprietários têm que pagar, desde o processo de legalização até o processo de funcionamento, isto no caso das apropriações formais. Os políticos têm a ver com a possibilidade de atrair votos no momento das eleições, não sendo raro tomarem-se decisões e muito rapidamente darem o dito por não dito.

O posicionamento do poder público em relação a esse processo de apropriação dos espaços públicos é dúbio, não sendo, por isso, muito claro. Por um lado, aparece como principal ator do processo, pois, tendo a responsabilidade de fazer a gestão desses espaços, apropria-se dos mesmos ou os coloca à disposição de outros interessados que se apropriam dos mesmos; por outro lado, persegue e reprime aqueles que se apropriam dos passeios, por vezes de forma violenta, apropriando-se ou destruindo os produtos que se encontram expostos.

Ora, se por um lado, a apropriação dos espaços públicos, seja formal ou informalmente, visa ao aumento das rendas do Estado e dos apropriadores, por outro lado, ela reduz o espaço de lazer — o que afeta direta e indiretamente a qualidade de vida e consequentemente a saúde dos cidadãos. Ademais, no caso dos restaurantes e pastelarias ao ar livre, estes constituem verdadeiros atentados à

saúde, devidos às condições de em que os alimentos sãos confeccionados e conservados (Figura 3).

## Considerações finais

Em Moçambique em geral e na cidade de Maputo em particular, o processo de desenvolvimento urbano tem sido caracterizado pela apropriação de espaços públicos. Esse processo é consequência do acelerado crescimento da população, que não é acompanhado por igual ritmo de crescimento de recursos. Assim, a apropriação desses espaços públicos aparece como uma alternativa à sobrevivência, já que os que se apropriam não possuem outras fontes de renda.

Trata-se de processos informais e formais de apropriação de espaços públicos. O primeiro caso é espontâneo e integra-se ao que podemos considerar de estratégia de sobrevivência, encontrada pelos setores da população "marginalizada" dos processos formais de desenvolvimento. Enquanto que no segundo, está-se num quadro "legal" de apropriação, já que o processo acontece com a devida anuência das autoridades públicas.

Assim, a apropriação ou privatização dos espaços públicos na cidade de Maputo, por um lado, pode ser vista como uma consequência da mercantilização do lazer, processo com anuência ou mesmo incentivado pelo poder público; por outro lado, agora com ausência ou com repressão do poder público, constitui uma apropriação que é consequência da pobreza ou da luta pela sobrevivência. Desses processos resulta, em certa medida, uma crescente segregação socioespacial, pois os espaços privatizados e associados à mercantilização do lazer restringem a frequência aos economicamente favorecidos, excluindo os desfavorecidos que, por seu turno, se apropriam dos passeios e ruas.

Se por um lado apropriação dos espaços públicos visa ao aumento da renda do Estado e dos apropriadores, por outro lado, ela reduz o espaço de lazer, o que afeta direta e indiretamente a qualidade de vida e consequentemente a saúde dos cidadãos. Os restaurantes e pastelarias ao ar livre constituem verdadeiros atentados à saúde, devidos às condições de confecção e de conservação dos alimentos.

Enfim, pode-se dizer que o poder público participa na construção dessa segregação: diretamente, no caso da apropriação formal, e indiretamente, no caso da informal, pelo viés da distribuição desigual da riqueza, comprometendo, desse modo, a qualidade de vida dos cidadãos.

## Referências

BOBBIO, N. *Estado, Governo, Sociedade:* por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CMCM. *Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010.

DE ARAÚJO, M. Cidade de Maputo, espaços contrastantes, do urbano ao rural. *Finisterra,* XXXIV, 67-68, p. 175-190, 1999.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, N. *Sobre el tiempo.* México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FERNANDES, M.; MENDES, R. *Dicotomias Urbanas em Moçambique:* cidades de cimento e de caniço. Disponível em: <www.simpurb2013.com.br/wp-ntent/.../11/GT08_1428_Joaquim.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2014.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização.* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MAIOLINO, A. L. *Espaço urbano:* conflitos e subjectividade, Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

PARENTE, K. *Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na Orla Oeste de Fortaleza:* embates Políticos e contradições sócio-espaciais. Fortaleza, 2012.

REQUIXA, R. *As dimensões do lazer* (Caderno de Lazer, doc. 1). São Paulo: Sesc, 1976.

REQUIXA, R. *O lazer no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, R. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional.* 1980.

SANTOS, M. *A urbanização desigual:* especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2010.

SANTOS, M. *Espaço e Método.* 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

UN-HABITAT. *Mozambique Urban Sector Profile.* Disponível em: <http://www.unhabitat.org/pmss/getElectronicVerson.asp?nr=2448&alt=1"&HYPERLINK "http://www.unhabitat.org/pmss/getElectronicVerson.asp?nr=2448&alt=1"alt=1>. Acesso em: 24 jun. 2014.

Jornal “A Verdade”, edição de 24 de outubro de 2014.

## Sobre o autor

*José Julião da Silva*: docente do Departamento de Geografia da Universidade Pedagógica, em Maputo – Moçambique.

* * *

ABSTRACT

### Public space, leisure and quality of life in Maputo, Mozambique

Squares, parks, public gardens, streets, walks, among others, are collective equipment with great importance for leisure and the quality of life of the people where they are installed. The increase in time away from work and the increasing mobility of citizens contribute to the appreciation of these elements. Thus, their absence or precariousness has negative implications in the forms of social coexistence, in mobility and consequently in the quality of life of the people. In Mozambique in general and in the city of Maputo, in particular, there is an accelerated process of appropriation of these public spaces. These are formal and informal appropriations. The objectives of this work are, on the one hand, to analyze the importance of public spaces in the leisure and quality of life of the people and, on the other hand, to reflect on the consequences of the appropriation of these collective equipments in the quality of life of its users. For the development of the research, we worked according to a flexible methodology, which some authors call "artisanal model of science". Thus, it consisted in the production of methods necessary for the work, in a kind of "sewing of diverse and public available types of research". The results of the research, although not definitive, indicate that the appropriation or privatization of public spaces in the city of Maputo, on the one hand, is a consequence of the commercialization of leisure, a process with consent or even encouraged by the public power; on the other hand, now with absence or repression of public power, it constitutes an appropriation that is the consequence of poverty or the struggle for survival.

**KEYWORDS:** leisure, public spaces, quality of life.

RESUMEN

### Espacio público, ocio y calidad de vida en Maputo, Mozambique

Las plazas, parques, jardines públicos, calles, paseos, entre otros, son equipos colectivos con gran importancia para el ocio y la calidad de vida de las personas donde están instalados. El aumento del tiempo fuera del trabajo y la creciente movilidad de los ciudadanos contribuyen a la valorización de estos elementos. Así, su ausencia o precariedad tiene implicaciones negativas en las formas de convivencia social, en la movilidad y consecuentemente en la calidad de vida de las personas. En Mozambique en general y en la ciudad de Maputo, en particular, se asiste a un proceso acelerado de apropiación de esos espacios públicos. Se trata de apropiaciones formales e informales. Los objetivos de este trabajo son, por un lado, analizar la importancia de los espacios públicos en el ocio y en la calidad de vida de las personas y, por otro lado, reflexionar sobre las consecuencias de la apropiación de esos equipos colectivos en la calidad de vida de sus usuarios. Para el desarrollo de la investigación, se trabajó según una metodología flexible, que algunos autores denominan modelo artesanal de ciencia". Así, consistió en la producción de métodos necesarios para el trabajo, en una especie de "costura de diversos tipos de investigación disponibles y públicos". Los resultados de la investigación, aunque no definitivos, indican que la apropiación o privatización de los espacios públicos en la ciudad de Maputo, por un lado, es una consecuencia de la mercantilización del ocio, proceso con anuencia o incluso incentivado por el poder público; por otro lado, ahora con ausencia o con represión del poder público, constituye una apropiación que es consecuencia de la pobreza o de la lucha por la supervivencia.

**PALABRAS CLAVE:** ocio, espacios públicos, calidad de vida.